

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

11  
Abril  
2017



# CLIP PING TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

11/05/2017

Tribunal de Justiça autoriza Cachoeiro a usar depósitos judiciais

LIBERADO

## Tribunal de Justiça autoriza Cachoeiro a usar depósitos judiciais

10/05/2017 às 19:37 - Atualizado em 10/05/2017 às 19:37

A exemplo de outros estados, cerca de dez municípios capixabas solicitaram recentemente a liberação de seus depósitos judiciais. A autorização para Cachoeiro foi assinada nesta semana, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Aníbal de Rezende Lima.

Aníbal esteve na cidade nesta quarta-feira (10) e participou, ao lado do prefeito Victor Coelho e da procuradora geral do município, Angela Barboza, da cerimônia que instalou na comarca local o Processo Judicial Eletrônico (PJe), sistema que busca agilizar procedimentos até as decisões judiciais.

A assinatura que liberou o uso dos depósitos judiciais ocorreu na véspera, e o documento foi entregue ao prefeito pelo presidente do TJ. Os recursos serão usados, principalmente, para sanar dívidas herdadas em investimento no Instituto de Previdência para os servidores municipais de Cachoeiro, o Ipaci.

Os depósitos judiciais são recursos envolvidos em demandas por multas, indenizações ou tributos, para custeio ao vencedor da causa. A solicitação para liberação dos recursos foi feita diretamente por Victor durante visita ao gabinete do presidente do TJ, no último dia 27 de abril, em Vitória.

As solicitações se baseiam em leis federal e estadual, de 2015 e 2016, respectivamente, criadas para permitir o uso dos depósitos em até 70%.

"Cachoeiro agradece ao desembargador Aníbal de Rezende Lima por atender ao nosso pedido, como tem sido feito com outros municípios do estado. Os recursos serão importantes para nossas ações contínuas no sentido de sanar as contas públicas em Cachoeiro", ressaltou o prefeito.

### Processo Eletrônico acelera processos da prefeitura

Com o Processo Judicial Eletrônico, a maior celeridade vai impactar também em processos que tramitam na prefeitura, junto à Procuradoria e à Controladoria Geral do Município, relacionados a diversos projetos e investimentos. O sistema é único e gratuito, disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça.

O evento de lançamento ocorreu no Fórum Desembargador Horta Araújo, no bairro Independência. Além de Cachoeiro, também passam a contar com a ferramenta as comarcas de Marataízes e de Itapemirim.

"O país tem hoje cerca de 100 milhões de processos. A partir das atuais mudanças econômicas, e da consequente maior procura pelos serviços públicos, a agilidade nos processos jurídicos é ainda mais necessária. Também por isso, a implantação do sistema em mais comarcas é um marco importante", avaliou Aníbal de Rezende Lima.



## **Idosa indenizada em 10 mil por condomínio**

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) confirmou uma sentença da 1ª Vara Cível de Vitória, que condenou um condomínio da Capital a pagar R\$ 10 mil em indenização a uma pedestre que sofreu um acidente ao tentar entrar no imóvel. Em razão da queda, a idosa precisou se submeter a cirurgia e a tratamentos hospitalares, tendo ficado impedida de realizar suas atividades por cerca de dois meses. O Processo é o de nº: 0008726-77.2009.8.08.0024

---

**R\$ 264 MIL**

## Indenização para família de atropelado

**Prefeitura de Vila Velha terá que pagar valor para familiares de aposentado**

◀ A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) confirmou sentença de primeiro grau que condena o município de Vila Velha a indenizar, por danos morais, em R\$ 264 mil, os filhos de um aposentado que foi atropelado e morto enquanto seguia de bicicleta pela Rodovia Darly Santos, por uma viatura da Guarda Municipal.

De acordo com o processo, um agente da guar-

da dirigia de forma imprudente, já que trafegava pelo acostamento, para avançar o sinal de trânsito e com velocidade acima do permitido.

Na apelação, o município de Vila Velha alegou conflito entre os depoimentos das testemunhas. Entretanto, os desembargadores do TJ-ES entenderam que não houve mudança no que foi alegado pela testemunha e, portanto, inexistiu motivo para desqualificar as declarações dela, já que narrou com detalhes toda a dinâmica do acidente.

## POLUIÇÃO

## MANCHA DE ESGOTO NA PRAIA DO CANTO

## As bombas

No local onde ocorreu o lançamento direto de esgoto no mar, existem duas bombas:



Bomba 1

Da Prefeitura de Vitória, usada na rede de drenagem pluvial para bombear o excesso de água das chuvas, escoando-a para o mar

Bomba 2

Da Cesan, impede que o esgoto de ligações irregulares na rede de drenagem seja desviado para a estação de tratamento da Cesan, ao invés de cair no mar

O esgoto sempre cai na água em dias de chuva



A bomba da Cesan só funciona em dias de estiagem. Quando chove ela para de funcionar e o esgoto que está na rede de drenagem vai para o mar, diluído com a água da chuva

## O PROBLEMA

O lançamento do esgoto no mar da Praia do Canto na última terça-feira ocorreu devido ao acionamento indevido da bomba de drenagem da Prefeitura

Ao ser ligada sem chuva, a bomba drenou o esgoto da rede pluvial

## De quem é a culpa?

## O que diz a Prefeitura:

o problema só teria acontecido porque a bomba da Cesan, que deveria redirecionar o esgoto, parou de funcionar

## O que diz a Cesan:

a bomba da Cesan teria funcionado normalmente e ainda não há explicação do que levou ao acionamento da bomba de drenagem

Infografia | Genildo

# MINISTÉRIO PÚBLICO QUER EXPLICAÇÕES SOBRE ESGOTO

## Órgão irá requisitar informações à Cesan e à prefeitura

MAÍRA MENDONÇA  
mmendonca@redgazeta.com.br

Diante das divergências entre a Prefeitura de Vitória e a Cesan, chegou a vez do Ministério Público do Espírito Santo (MPES) intervir na situação. Por meio da Promotoria de Justiça Cível de Vitória, o órgão irá requisitar informações a respeito da emissão de esgotamento sanitário na Praia do Canto tanto ao município quanto à companhia de saneamento, a fim de adotar as providências necessárias. “O MPES informa também que o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (Caoa) está realizando um levantamento dos planos municipais de saneamento no Estado”, ressaltou em nota.

Antes disso, a prefeitura, bem como a Cesan, já havia sinalizado a intenção de elaborar relatórios sobre o fato e enviá-los às autoridades ambientais, como o MPES, o Ministério Público Federal e a Polícia Ambiental.

Em entrevista à TV Gazeta, o prefeito de Vitória, Luciano Rezende, chegou

## INDIGNAÇÃO



“Estão roubando nosso direito de ter qualidade de vida e saúde, com praia limpa. Tem que ter punição para quem está fazendo isso”

JULIANA POITCHO  
COACH

a afirmar que a multa de R\$ 56 mil contra a Cesan será aplicada, ainda que a Companhia afirme que o problema tem origem no lançamento irregular de esgoto à rede de drenagem pluvial da cidade, sendo, portanto, responsabilidade da administração municipal.

“A prefeitura vai manter a multa e estamos levand



“É um grande desrespeito com os banhistas e com os animais marinhos. Não confio que parte do mar esteja própria”

LUIZ HENRIQUE  
SANTANA  
TATUADOR

tando todas as emissões de esgoto in natura na cidade para multar cada local também”, pontuou.

## PRAIA INTERDITADA

Enquanto isso, os pontos 11 (80 metros à esquerda da ponte da Ilha do Frade) e 12 (100 metros à direita da ponte, na Praça dos Desjos), permanecem impró-

prios para banho no mar desde a última terça-feira. “Uma coisa é certa: eles estarão interditados até, pelo menos, a semana que vem”, garantiu o secretário de Meio Ambiente Luiz Emanuel Zouain da Rocha.

Conforme ocorre normalmente, o resultado das análises de balneabilidade da Baía de Vitória será divulgado hoje para todos os locais, com exceção desses dois pontos. “Em função do lançamento de esgoto no local, nós requisitamos ao laboratório uma análise extraordinária dos pontos 11 e 12 para verificar qual a real situação. O resultado desse estudo será divulgado na próxima sexta-feira”, justificou Luiz Emanuel. Apesar disso, a prefeitura diz que o ponto 10, próximo aos dois, está próprio para banho.

Como divulgado em março do ano passado por A GAZETA, um estudo realizado pela Prefeitura de Vitória revela que 123 milhões de litros de esgoto são lançados no litoral da Capital todos os dias, vindos também de outros municípios da Grande Vitória.

## ANÁLISE

## “Jogar esgoto no mar é crime”

“Não dá mais para a população pagar uma taxa alta para o tratamento de esgoto e não receber um retorno. Jogar esgoto no mar é crime ambiental. Em pleno século 21, já existem tecnologias mais eficazes para o tratamento. O esgoto contamina toda a cadeia alimentar, desde as algas até peixes e chega ao homem. Co-

liformes fecais, metais pesados e até agrotóxicos estão nos dejetos. Mas a população tem que contribuir também. Não se deve jogar cabelo, absorvente, fio dental, palito no vaso ou óleo na pia. Isso entope as redes de tratamento de esgoto.

MARCO BRAVO  
ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE

## OPINIÃO DA GAZETA

## Ninguém merece jogo de empurra

“Esgoto nas praias de Vitória é uma grave questão de saúde pública que não pode virar luta política. Enquanto a prefeitura da Capital e a Cesan trocam acusações sobre a responsabilidade pelo dano ambiental, a população con-

tinua exposta ao risco de contaminação. O Espírito Santo já gastou uma fortuna em programas de despoluição. O mínimo que se espera é um diálogo técnico sobre o problema. A população não merece esse jogo de empurra.

## POLUIÇÃO

# VITÓRIA X CESAN: ESGOTO VIRA JOGO DE EMPURRA

## Vazamento no mar da Praia do Canto é motivo de discórdia

MAÍRA MENDONÇA  
mmendonca@redgazeta.com.br

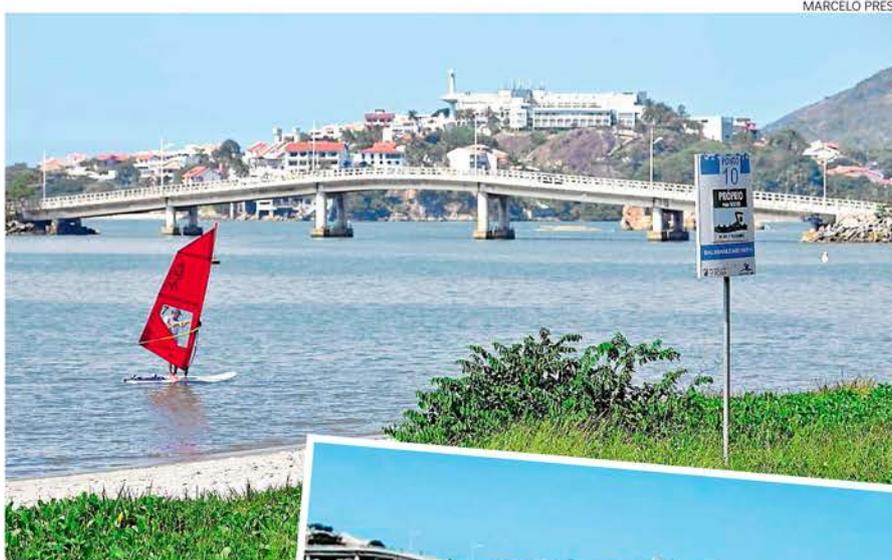
De um lado, a Prefeitura de Vitória, do outro, a Companhia Espírito-Santense de Abastecimento (Cesan). E entre elas, litros e mais litros de esgoto, que escoam pelo litoral da Capital. Enquanto concessionária e município trocam acusações entre si e não chegam a um acordo sobre o motivo do lançamento de dejetos diretamente no mar da Praia do Late, na Praia do Canto, uma coisa é certa: população e meio ambiente continuam perdendo.

A imagem da grande mancha escura formada no mar na última terça-feira, acompanhada de mau cheiro, permanece forte na memória de moradores e frequentadores do ponto turístico. A água contaminada foi lançada na baía por uma bomba que pertence à rede de drenagem pluvial da Prefeitura de Vitória, que deveria funcionar apenas em dias de chuva, para escoar o excesso de água.

De acordo com o secretário de Meio Ambiente de Vitória, Luiz Emanuel Zouain da Rocha, a bomba de drenagem só foi acionada porque uma outra bomba, instalada pela Cesan para captar o esgoto que cai na rede pluvial em função de ligações irregulares de moradores, não funcionou.

"Quando se atinge um certo volume de água da chuva, a bomba drena o excesso. Mas se ali chega um líquido que não é essa água, ela vai jogar do mesmo jeito, pois não tem capacidade de diferenciar", explica.

Mas o diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Cesan, Amadeu Zonzini Wetler, garante que o sistema da concessionária, chamado de Captação de Tempo Seco, funcionou normalmente e que ainda não é possível afirmar as causas do aciona-



Apesar de dois pontos da praia interditados, a prefeitura diz que o ponto 10 está próprio para banho

mento da bomba de drenagem. "Para isso estamos fazendo uma perícia para que a situação não se repita. Também iremos acompanhar as análises de balneabilidade do local", explicou.

### DIVERGÊNCIAS

Mas as divergências não param por aí. Conforme explica a Cesan, a cobertura de rede de esgoto é oferecida a todos os moradores da Praia do Canto, mas a adesão é de 98%.

Cabe à prefeitura fiscalizar e multar os moradores que fazem ligações irregulares de esgoto à sua rede de drenagem. Por isso, Wetler é claro: "A Cesan cuida apenas da rede de coleta e tratamento de esgoto. Se ele é lançado na rede pluvial, é um problema que o município tem que resolver."

Já a prefeitura discorda. "Temos agido para corrigir essa situação e já ligamos

mais de 25 mil residências e comércios à rede coletora. O papel da prefeitura é enviar um fiscal ambiental para verificar a situação e autuar os moradores, dando prazo para que se liguem à rede. Se não acontecer, nós multamos. Mas só podemos fazer isso mediante a informações passadas pela Cesan, é ela quem tem que dizer onde está o problema."

### ESGOTO NO MAR

O lançamento de esgoto direto no local é um fato isolado. Apesar de a bomba instalada pela Cesan ser usada para impedir que isso aconteça, ela só funciona

### Mancha de esgoto tomou conta da praia na terça

em dias de estiagem. Sendo assim, toda vez que chove, o esgoto clandestino acaba sendo escoado para o mar junto à água da chuva, embora diluído.

A Cesan defende a implantação do sistema, que segundo Wetler é uma tecnologia usada em todo o mundo. Mas o secretário Luiz Emanuel o classifica como um paliativo e diz que a utilização da tecnologia não é permitida em Vitória por não ser adequada. Um ofício questionando de onde partiu a autorização para a ins-

talação da bomba foi enviado à Cesan em fevereiro deste ano, mas o secretário não obteve respostas. Já a concessionária afirma que só colocou o equipamento porque lhe foi permitido.

### VEJA NA WEB

[www.gazetaonline.com.br](http://www.gazetaonline.com.br)



**VIDEO**  
Confira imagens do esgoto sendo lançado no mar. [leia.ag/esgoto](http://leia.ag/esgoto)

### OS DOIS LADOS

#### O IMPASSE

##### ▼ Versão da prefeitura

▼ A culpa é da Cesan, pois afirma que a bomba da concessionária, usada para desviar o esgoto irregular, não funcionou.

▼ Entendendo que houve crime ambiental, ela irá multar a Companhia em R\$ 56 mil.

▼ Apesar de a função de verificar e autuar moradores que fazem ligações irregulares de esgoto ser do município, a Prefeitura de Vitória diz que só pode fazer isso mediante as informações que são passadas pela Cesan.

▼ Em fevereiro deste ano, a Secretaria de Meio Ambiente enviou um ofício à Cesan para saber de quem foi a autorização dada para a instalação da bomba de Tempo Seco, a qual considera inadequada para Vitória. No entanto, não houve resposta.

##### ▼ Versão da Cesan

▼ O problema cai na conta da Prefeitura, que não consegue fiscalizar e punir moradores que fazem ligações irregulares de esgoto à sua rede de drenagem pluvial. A Cesan diz que repassa todas as informações necessárias para isso.

▼ A Companhia diz que graças à sua bomba o local, até então, era próprio para banho.

▼ Segundo ela, a bomba só funciona porque houve autorização da própria prefeitura.

#### DENÚNCIAS

▼ Tanto a Cesan, quanto a Prefeitura de Vitória preparam relatórios que serão enviados às autoridades ambientais, como o Ministério Público.

▼ A Promotoria de Justiça Cível de Vitória vai requisitar informações aos dois lados.

MARCELO PREST



## Cidades

# Praia interdita por tempo indeterminado

**Prefeitura de Vitória e Cesan não se entendem sobre vazamento de esgoto e análise vai definir grau de contaminação**

Rafael Gomes

Enquanto a Prefeitura de Vitória e a Companhia Espírito-Santense de Água e Esgoto (Cesan) jogam uma para a outra a responsabilidade sobre o lançamento irregular de esgoto no mar, a praia da Praça dos Namorados, na capital, continua interdita por tempo indeterminado.

De acordo com o secretário de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, Luiz Emanuel Zouain, a água da região foi coletada para análise.

“O ponto onde a água era jogada (do lado esquerdo da ponte da Ilha do Frade) foi interdita de imediato e interditamos também o início da Curva da Jurema por precaução. O resultado microbiológico sai na sexta (amanhã)”, afirmou.

Independente do resultado, as duas praias continuam interditadas até a próxima quinta-feira, dia 18. Se a análise apontar índice alto de coliformes fecais, os pontos vão continuar impróprios até o problema ser resolvido.

Uma análise de rotina, que acontece todas as semanas, será feita na próxima segunda-feira. A praia só será liberada no dia 18 se o resultado for negativo para coliformes.

## RESPONSABILIDADE

No local do problema, na Praia do Canto, a prefeitura mantém uma estação de drenagem pluvial para levar a água da chuva para o mar e evitar alagamentos na cidade. No mesmo lugar está uma bomba da Cesan, instalada para evitar que o esgoto vá para a rede da prefeitura e contamine a água.

De acordo com Cesan e prefeitura, o problema aconteceu porque a bomba da prefeitura foi ligada de forma automática na manhã de terça-feira, mesmo sem chuva, jogando a água contaminada no mar. Para o secretário Luiz Emanuel Zouain, a bomba só funcionou porque reconheceu o esgoto como água.

“Temos convicção de que foi a bomba da Cesan que deu problema. Eles são responsáveis pelo esgoto, seja ele de onde vier”, disse.

O diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Cesan, Amadeu Wethler, discorda e coloca a responsabilidade na prefeitura. “Foi uma operação indevida da estação da prefeitura. Foi uma situação surpreendente, pois a bomba deles não deveria estar funcionando. Em momento nenhum fomos comunicados”, disse.

As duas bombas funcionam juntas desde 2015.

DAYANA SOUZA - 09/05/2017



ESGOTO despejado no mar



TRECHO entre a Praça dos Namorados e a Curva da Jurema está impróprio



AMADEU WETHLER, da Cesan, disse que técnicos vão investigar acidente

## Cesan diz que fará perícia

Mesmo acreditando que a culpa do lançamento irregular de esgoto no mar de Vitória é da Prefeitura de Vitória, a Cesan vai fazer uma perícia no local para entender o que causou o problema.

De acordo com o diretor de engenharia e meio ambiente da Cesan, Amadeu Wethler, o resultado deve sair em duas semanas.

“Técnicos especializados vão fazer uma inspeção nos equipamentos para descobrir o que levou a bomba da prefeitura a ser ligada. Após a perícia, vamos encaminhar o relatório para o Ministério Público, pois a Cesan não é responsável por aquele esgoto”.

O Secretário de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, Luiz Emanuel Zouain, disse que a prefeitura não vai mais analisar o local, já que, para ele, a responsabilidade da Cesan já está comprovada. “Nós notifica-

mos a vamos aplicar a multa no valor de R\$ 56 mil”, afirmou.

O diretor da Cesan disse “estranyar” a aplicação da multa. “A estação é da prefeitura, por isso estranho essa posição (de aplicar a multa), pois eles têm mais respostas do que a Cesan”, disse Amadeu.

O diretor da Cesan conta que a companhia mantém a bomba no local desde 2015, após uma parceria firmada com a prefeitura. “Como muitas casas não ligaram o esgoto na rede, ele estava sendo jogado no mar. Nossa bomba suga esse esgoto para evitar isso e melhorar a balneabilidade”, disse Amadeu.

Luiz Zouain afirmou que não tinha conhecimento sobre a bomba da Cesan no local. “A Lei 8.805 proíbe qualquer tipo de caixa seca dentro da estação de bombeamento”, afirmou.

## Como o esgoto foi parar no mar

### O problema

➤ NA MANHÃ DE TERÇA-FEIRA, dia 9, moradores da região e banhistas postaram nas redes sociais imagens de uma água preta saindo de um duto do lado esquerdo da ponte da Ilha do Frade e sendo jogada na praia da Praça dos Namorados, na Praia do Canto.

➤ O ESGOTO estava saindo direto do duto da estação elevatória de drenagem pluvial da prefeitura de Vitória. No local, também funciona uma bomba de captação de tempo seco, da Cesan.

➤ A ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE DRENAGEM PLUVIAL, da prefeitura, funciona para levar a água da chuva para o mar, evitando alagamentos na cidade e outros problemas.

➤ A BOMBA DE CAPTAÇÃO DE TEMPO

SECO, da Cesan, funciona para evitar que o esgoto das casas que não estão ligadas à rede de tratamento seja direcionado para a estação da prefeitura e indo parar no mar. A bomba da Cesan “suga” esse esgoto na estação da prefeitura, levando-o para a estação de tratamento.

➤ A PREFEITURA, por meio do Secretário de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, Luiz Emanuel Zouain, afirma que o problema aconteceu por uma falha na bomba da Cesan. A bomba da prefeitura teria reconhecido o esgoto como água, sendo acionada de forma automática e jogando todo o líquido no mar.

➤ A CESAN nega que o problema tenha sido em sua bomba. O diretor de Engenharia e Meio Ambiente da empresa, Amadeu Wethler, acredita que al-

guma falha tenha feito a bomba da prefeitura ser acionada.

### Parceria

➤ DE ACORDO com Amadeu Wethler, a Cesan instalou a bomba no local em 2015, após uma parceria firmada com a prefeitura de Vitória.

➤ LUIZ EMANUEL Zouain reconheceu desconhecer o acordo e afirmou que a utilização desse tipo de bomba no local é ilegal.

### Investigação

➤ TÉCNICOS DA CESAN vão fazer uma perícia no local, analisando os equipamentos para descobrir o que causou o acionamento da bomba da prefeitura. O resultado sai em duas semanas.

➤ A PREFEITURA não vai fazer outras análises nos equipamentos, já que considera que o problema foi causado pela Cesan, segundo Luiz Emanuel Zouain.

➤ O MINISTÉRIO Público do Estado do Espírito Santo (MP-ES), por meio da Promotoria de Justiça Cível de Vitória, informou que vai requisitar informações à Cesan e à Prefeitura de Vitória a respeito da emissão de esgoto sanitário na praia, para análise do caso e adoção de providências.

➤ O MP-ES também está realizando um levantamento dos planos municipais de saneamento no Estado por meio do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (Caoa)



ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO: destino real do que foi para o mar

Fontes: Prefeitura de Vitória, Cesan e Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES).

# Justiça bloqueia contas de 20 mil inadimplentes

Esse foi o número de devedores na Grande Vitória que sofreram punição desde janeiro de 2016 por não pagarem dívidas

Heloiza Camargo

A falta de pagamento de dívidas cobradas em juízo tem levado a Justiça a bloquear contas bancárias de devedores na Grande Vitória.

Segundo o juiz Paulo Abiguenem Abib, titular do 4º Juizado Cível da capital, desde janeiro do ano passado até este mês, um número estimado de 20 mil contas foram bloqueadas.

Esse bloqueio acontece quando, passados 15 dias da sentença judicial que o obriga o devedor a quitar a sua dívida com o credor, a quitação não ocorre.

“Os magistrados podem pedir pela internet o bloqueio do saldo do devedor por meio de uma senha do Bacen Jud. Esse sistema é ligado ao Banco Central e permite

agências bancárias do País”, explicou Abib.

O bloqueio é solicitado para pagamento de dívidas de modo geral, como débitos com operadoras de cartão de crédito, aluguel, financiamento, lojas, entre outras indenizações que não são cumpridas, afirmou o magistrado.

Conforme explicou o juiz titular da 10ª Vara Cível de Vitória Marcelo Pimentel, após o bloqueio, o valor correspondente à dívida mais uma multa de 20% também sobre o valor do débito – já que o devedor não quitou a dívida no prazo correto – é depositado em uma conta judicial.

“Somente depois disso é que, munido de um alvará, o credor pode ter acesso ao que lhe é devido”, completou.

No caso de o devedor não possuir dinheiro em conta, o juiz pode buscar a penhora de bens como veículos e imóveis.

“Agora, se a pessoa não tiver nada, nem dinheiro em conta e nem bens, o processo é suspenso. Mas, a qualquer momento, assim que uma quantia ou bem estiver em seu nome, o processo é retomado”.

Nas palavras do advogado do consumidor Márcio Pimentel Machado, em tempos de crise econômica – que atingiu a maior parte da população brasileira – o bloqueio judicial é uma importante ferramenta.

“Ele ajuda a garantir o devido crédito, tanto proveniente de pessoas físicas quanto jurídicas, ao credor”, completou.

“Os magistrados podem pedir pela internet o bloqueio do saldo do devedor por meio de uma senha”

Paulo Abiguenem Abib, juiz



FERNANDO RIBEIRO - 23/07/2016

ENTENDA

## Juiz pode ainda pedir a penhora de bens

O que é

> O BLOQUEIO JUDICIAL acontece quando o devedor, passados 15 dias da sentença que o obriga a quitar a sua dívida com o credor, não o faz.

> ASSIM, O JUIZ, utilizando uma ferramenta chamada Bacen Jud, faz uma varredura, pela internet, de todas as contas do devedor.

> QUANDO CHEGA nessa etapa, a dívida cresce: o credor tem direito ao va-

lor original, mais 10% de multa sobre o mesmo e mais 10% de honorários advocatícios também sobre o valor da dívida.

> O BLOQUEIO é feito somente sobre o valor devido. Significa que se a pessoa tem R\$ 20 mil no banco, mas a dívida, acrescida de multa, soma R\$ 10 mil, somente estes R\$ 10 mil serão bloqueados.

> O VALOR correspondente à dívida é

então depositado em uma conta judicial. O credor pode sacar o valor mediante alvará.

Bens

> CASO O DEVEDOR não tenha dinheiro em conta, o juiz pode pedir a penhora de bens (como veículos e imóveis) que estejam em seu nome para quitar a dívida.

Fonte: Especialistas consultados

## “É uma situação extrema”

Apesar de a inadimplência ser um problema para o setor produtivo em geral, ela não ocorre por vontade do consumidor. A afirmação é do diretor da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) da Serra, Samuel Valle.

“A grande maioria dos clientes têm muito zelo pelo nome e não

gosta de ficar negativado. De modo geral, eles fazem de tudo para não ficarem inadimplentes. É uma situação extrema, que só acontece quando eles realmente perdem o controle sobre as suas contas”, completou.

Segundo Valle, além da crise econômica nacional, o Estado também vem sofrendo com uma série de “combinações perversas”.

“Tivemos dois meses muito complicados para o comércio. Fevereiro, por conta da crise na segurança pública, e abril, por causa dos feriados. Foram poucos dias úteis, de trabalho”, disse.

Dessa forma, continuou, o fluxo das empresas foi afetado. “E o trabalhador da iniciativa privada também. Hoje, dá para dizer que somente os funcionários públicos é que têm uma data garantida para o recebimento do salário”.

ANÁLISE

Marcelo Loyola,  
economista e  
coordenador geral da  
Faculdade Pio XII



## “O consumidor deve ter cautela”

O avanço do crédito no Brasil foi uma conquista da estabilização econômica, mas o brasileiro ainda não aprendeu a lidar com o crédito e essa situação piorou quando houve um excesso em sua liberação.

A situação se agravou com o alto nível de desempregados. O resultado disso é um número de inadimplentes nas alturas.

Para evitar situações como os bloqueios judiciais, o consumidor deve ter cautela antes de pegar empréstimo ou usar o cartão e fazer um orçamento familiar.



VALLE: maioria tem zelo pelo nome

ANTIGO IAPI

# Justiça nega reintegração de posse, e famílias continuam em prédio



CARLOS ALBERTO SILVA - 08/05/2017

Prédio no Centro de Vitória que estava sem uso foi ocupado por 300 famílias que estão em busca de moradia e montaram acampamento nos andares iniciais

## Na decisão, juiz também impede a entrada de novos ocupantes

▲ KATILAINE CHAGAS  
kchagas@redgazeta.com.br

Entre o direito de posse do edifício Presidente Vargas e o direito à moradia, a Justiça Federal ficou com a segunda opção e negou pedido de liminar da União para permitir a reintegração de posse do chamado antigo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), ocupado desde o último sábado por cerca de 300 pessoas.

A União, responsável pelo prédio localizado na Praça Costa Pereira, Centro de

Vitória, havia entrado com pedido de liminar (medida dada antes da decisão final) para permitir que a polícia auxiliasse na reintegração de posse e para proibir nova invasão em outros prédios da União desocupados.

### DIREITO

*“Parece-me necessário fazer prevalecer o direito constitucional à moradia até que se alcance uma solução razoável e mitigadora de prejuízos”*

### TRECHO DA DECISÃO

Mas em sua decisão, o juiz federal Rodrigo Reiff Botelho citou necessidades emergenciais da população no prédio. “Parece-me necessário fazer prevalecer o direito constitucional à moradia até que se alcance uma solução razoável e mitigadora de prejuízos.”

Ele cita também que o prédio está trancado desde 2010 sem que ter evidências de que foi dada alguma utilidade pública concreta a ele, “sendo tal fato público e notório”.

“Em tal circunstância, considerando que o edifício estava vazio, servindo apenas de moradia para ratos, mosquitos e baratas, e que não havia previsão de ne-

nhuma melhor utilização dele a curto prazo, reitero que é melhor agora privilegiar a moradia humana, ainda que temporária e limitada”, aponta a decisão.

Sobre o pedido da União de impedir invasões a outros prédios, o juiz apontou na decisão que, na ação judicial, a União não identificou quais são seus prédios desocupados e com risco de invasão.

Em contrapartida, ele proibiu que mais pessoas, a partir da data da decisão, entrem, ocupem o local.

### DETERMINAÇÕES

A Justiça Federal determinou ainda que União e réus, no prazo de 15 dias,

elaborem lista dos ocupantes do edifício até a decisão e que promovam o cadastro dos ocupantes em programas de habitação. Pede também que haja esforços para que a desocupação do imóvel ocorra “de forma a

### MORADIA

*“Considerando que o edifício estava vazio, servindo apenas de moradia para ratos, (...) reitero que é melhor agora privilegiar a moradia humana”*

### TRECHO DA DECISÃO

preservar os direitos constitucionais das pessoas que ali se encontram, devendo estar ser realocadas em locais adequados à sua sobrevivência digna”.

E que apresentem um plano de desocupação ordenado, com previsão de datas de desocupação e realocação das famílias.

As famílias no prédio são as mesmas que ocuparam a região conhecida como Fazendinha, entre os bairros Grande Vitória e Universitário, no final de março e, em abril, a Casa do Cidadão. Eles deixaram a Fazendinha após reintegração de posse. A saída da Casa do Cidadão veio depois de acordo com a Prefeitura de Vitória.

# Mutirão com advogados e defensores

Moradores da Grande Vitória vão receber suporte jurídico sobre assuntos de família, na próxima 2ª, na Praça Costa Pereira, Centro

Verônica Aguiar

Moradores da Grande Vitória que precisam tirar dúvidas sobre Direito de Família vão poder contar com a ajuda de advogados e defensores públicos em dois mutirões este mês.

Entre os assuntos que podem ser abordados estão divórcio, guarda, pensão, filiação e reconhecimento de paternidade. O atendimento será gratuito.

O primeiro mutirão acontecerá na próxima segunda-feira, das 10h ao meio-dia, na Praça Costa Pereira, no centro de Vitória, e qualquer pessoa pode participar.

Os esclarecimentos serão prestados por alunos do Centro Universitário Católico de Vitória, com orientação de advogados e professores de Direito.

A coordenadora do curso de Direito do Centro Universitário Bethânia Bellisário destacou que a data foi escolhida porque dia 15 é o

Dia Internacional da Família. Segundo ela, os interessados chegarão, preencherão uma ficha e serão atendidos.

A professora e organizadora da ação Jeane Santos Bernardino Fernandes detalhou que por meio do mutirão os alunos vão entender, na prática, a teoria que assimilam em sala de aula.

A estudante Paula Azevedo Ferreira vai participar. "O evento vai ajudar a população e contribuir para o nosso aprendizado", destacou.

Outro mutirão acontecerá no dia 27 deste mês, e será realizado pela Associação de Defensores Públicos (Adepes), na área de lazer Durval Cornélio de Souza (Praça Interativa), no bairro Antônio Honório, em Vitória, das 13h às 17h30.

O presidente da Adepes, Pedro Paulo Coelho, explicou que o mutirão é voltado para pessoas que não têm condições de contratar um advogado. Para participar é preciso levar documento pessoal e

**“Nosso objetivo é oferecer orientação jurídica para quem não pode pagar advogado”**

Pedro Paulo Coelho, presidente da Adepes



ALUNOS e professores do Centro Universitário Católico de Vitória vão estar na ação do Dia Internacional da Família

comprovante de renda.

Geralmente participam pessoas que ganham menos de três salários mínimos, mas tudo é analisado de acordo com número de dependentes, entre outras informações.

Ao todo, serão distribuídas cerca de 150 senhas para as orientações. No local, também haverá aferição de pressão, atendimento psicológico e distribuição de brindes.

De acordo com o presidente da Adepes, 10 defensores atuarão orientando os cidadãos. "O objetivo é mostrar a importância da Defensoria Pública e orientar as pessoas para que elas entendam que é possível celebrar um acordo, sem necessidade de ajuizar uma ação".

## SERVIÇO

### Evento vai ocorrer das 10h às 12h Mutirão

#### CENTRO UNIVERSITÁRIO

- AS ORIENTAÇÕES serão feitas por 12 alunos de direito Centro Universitário Católico de Vitória com supervisão de advogados e professores.
- QUANDO: na próxima segunda-feira, dia 15, das 10h ao meio-dia.
- ONDE: na Praça Costa Pereira, no Centro de Vitória.
- PARA PARTICIPAR basta comparecer com documento de identificação.

#### DEFENSORIA PÚBLICA

- O MUTIRÃO promovido pela Associação de Defensores Públicos (Adepes) contará com a orientação de 10 defensores.
- QUANDO: dia 27, das 13h às 17h30.
- ONDE: na área de lazer Durval Cornélio de Souza (Praça Interativa), bairro Antônio Honório, em Vitória.
- PODEM participar quem não tem condições de pagar um advogado. É preciso levar comprovante de renda e documento de identificação.

# Grupo não recebeu ordem de reintegração

O grupo de famílias que está ocupando desde o último sábado, o antigo prédio do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), no centro de Vitória, disse que não recebeu ordem de reintegração de posse e que vai permanecer no local.

"Até agora não recebemos ordem de saída e vamos continuar aqui, enquanto for possível. Queremos que nos arrumem um local para morar, estamos aqui reivindicando moradia. O nosso lema é ocupar, resistir e construir para morar", disse o líder da ocupação, Vicente Mendes Filho, o MC Tim.

Segundo o porta-voz, 300 pessoas estão no local e são as mesmas que ocuparam uma área particular conhecida como "Fazendinha", entre os bairros Grande Vitória e Universitário, na região da Grande São Pedro, no mês passado. O mesmo grupo também ocupou a Casa do Cidadão, no centro de Vitória.

A Justiça Federal negou, na noite de ontem, o pedido de reintegração de posse da União feito na segunda-feira, sob a alegação de que o prédio será destinado ao Mi-

nistério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para projeto habitacional de interesse social.

Na decisão, o juiz Rodrigo Reiff Botelho determinou que os ocupantes continuem provisoriamente no local, mas está proibida a entrada de novas pessoas no imóvel.

O magistrado solicitou que a União e Maria Clara da Silva, do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), elaborem a lista dos ocupantes e façam a inclusão das famílias em programas de habitação no prazo de 15 dias.



MC TIM: "Vamos continuar aqui"

# Servidores acusados de ter até 4 cargos

**Força-tarefa apontou que 28 servidores estariam acumulando funções ilegalmente no Estado. Destes, 20 são da área da Saúde**

**Heloiza Camargo**

Uma força-tarefa realizada pela Corregedoria da Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont) chegou ao nome de 28 servidores públicos que estariam acumulando até quatro cargos públicos.

Os nomes dos servidores foram publicados esta semana no Diário Oficial e foram abertos Processos Administrativos Disciplinares (PADs) para cada um deles.

Desses servidores, 20 atuam na Saúde – sendo a maioria médicos –, quatro na Secretaria de Estado de Justiça, três na pasta de Educação e um no Instituto de Atendimento Socioeducativo do Estado (Iases).

Por lei, explicou o secretário da Secont, Eugênio Ricas, um servi-

dor só pode ter um cargo.

“As exceções ficam para professores e médicos, que podem assumir dois cargos públicos desde que haja compatibilidade de horários e a carga semanal trabalhada não ultrapasse as 65 horas”, disse Ricas.

Ainda de acordo com o secretário, os 28 servidores vão responder aos PADs tendo a possibilidade de se defender e apresentar provas.

“Ao final do processo, se for concluído que houve má-fé, eles podem ser punidos com a demissão do cargo e a restituição dos salários que tiverem recebido ilegalmente”, explicou o secretário.

Um dos casos que mais chama a atenção é de um médico que tem uma carga horária de 104 horas semanais. Ele acumula quatro cargos públicos, sendo dois no governo do Estado, um no município de Guaçuí e mais um na Prefeitura de Dores do Rio Preto.

Para o doutor em Administração Pública Gelson Junquillo, fora as situações previstas em lei, há grande prejuízo para a sociedade quando um servidor acumula cargos. “Certamente os serviços não vão ser prestados com qualidade”.

## ENTENDA

### Acúmulo proibido por lei

#### Acúmulo de cargos

- **POR LEI**, um servidor só pode ter um cargo público.
- **AS EXCEÇÕES** ficam por conta de professores e médicos, que podem ter dois cargos públicos se houver compatibilidade de horário e a carga de semanal não ultrapassar 65 horas.
- **DEPENDENDO** da carreira, é possível que um servidor também trabalhe na iniciativa privada. Um delegado pode ser professor da rede privada, por exemplo.

#### Força-tarefa

- **CERCA DE 60%** dos casos na Corregedoria da Secont são relacionados ao acúmulo ilegal de cargos públicos.
- **POR CONTA DISSO**, foi criada uma força-tarefa que analisou 259 sindicâncias em três semanas.
- **DESSAS SINDICÂNCIAS**, 155 foram arquivadas por não haver sido constatada a duplicidade, 28 viraram processos e o restante continua em análise.

Fonte: Secont

VIOLÊNCIA NA GRANDE VITÓRIA

# Dezenove carros e motos roubados por dia

Estadística é da Polícia Militar, que registrou 2.318 ocorrências na região metropolitana entre janeiro e abril deste ano

Éssica Cardoso  
Izabela Moura

Dezenove carros e motos são roubados ou furtados por dia na Grande Vitória. Essa a média de ocorrências atendidas pela Polícia Militar nos primeiros quatro meses de 2017. Segundo dados informados pelo comando de Polícia Ostensiva Metropolitana, por meio de assessoria de imprensa, foram 2.318 ocorrências de roubos ou furtos podendo haver mais de um veículo a cada caso na região metropolitana, de janeiro a abril. Os registros do mesmo período do ano passado não foram repassados.

maior, já que só foram inseridos os casos registrados no Cidades-190 e os atendidos no local pelos militares.

Não foram computados os roubos de veículos apurados pela Polícia Civil, que explicou, por nota, que “os dados estão sendo consolidados e, assim que forem fechados, eles serão repassados para a imprensa por meio de um comunicado, previamente, feito pela assessoria de imprensa”.

Para efeitos de comparação, a média de furtos/roubos de carros e motos na Grande Vitória, neste primeiro quadrimestre, já é superior a de todo o Estado, nos períodos de 12 meses dos anos de 2016 e 2015 — consolidados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

No ano passado, foram 6.564 crimes do tipo, com média aproximada de 18 crimes por dia. Já em 2015, foram 5.931 delitos, havendo 16 delitos por dia, em média.

Segundo as seguradoras de veículos, a greve da PM, durante 22 dias de fevereiro, influenciou na escalada de crimes. A Federação Nacional das Seguradoras informou que naquele período houve “um aumento de cerca de 30% a 40% de roubos de carros — exclusivamente segurados — durante o movimento paredista da PM”.

“Esses roubos chegaram a mais de 100 veículos e representaram um adicional sobre a média de indenizações feitas pelas seguradoras de mais de R\$ 2 milhões, se comparado com períodos de normalidade na segurança”, diz a nota.

Vítimas apontam, nas ocorrências, que bandidos armados agem em qualquer horário, tanto em bairros nobres quanto na periferia.



CARRO ROUBADO é recuperado por PMs durante patrulhamento: mais de 2.300 roubos de veículos na Grande Vitória

## Polícia recupera 1.603 veículos

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Nylton Rodrigues, explicou que 1.603 veículos foram recuperados pela Polícia Militar na Grande Vitória, no período compreendido entre o dia 1º de janeiro até o último dia 8.

Questionado se a polícia tem dado resposta à sociedade após a greve e as mudanças na corporação, com inclusão de forças táticas nos batalhões, o comandante explicou que a “tropa da PM é combativa e leal. Tem se desdobrado para enfrentar a violência”.

### TRABALHO

Além disso, com relação às denúncias de moradores de que PMs estariam fazendo “corpo mole” ou de que não há militares nas ruas, o coronel ressaltou que “a PM está presente, prendendo criminosos, apreendendo armas, recuperando veículos e enfrentando os agressores da sociedade”.

“Só no primeiro quadrimestre (de 2017) retiramos das mãos de criminosos quase 1 mil armas de fogo”, contou o oficial.

O comandante pontuou ainda que a Polícia Militar tem atendido ainda a uma média de 1.500 ocorrências por dia, na região da Grande Vitória.



CORONEL Nylton Rodrigues: ações

## Sindicato diz que houve aumento

O presidente do Sindicato dos Policiais Civis (Sindipol), Jorge Emílio Leal, destacou que o aumento dos roubos/furtos tem acontecido mês a mês neste ano — principalmente devido à greve da PM — e que os policiais civis têm ficado sobrecarregados.

Em uma contagem parcial do Sindipol, houve 785 veículos roubados ou furtados durante o mês de março no Estado. Já em fevereiro, na época em que vigorou o movimento paredista da Polícia Militar, foram registradas cerca de 1.300 ocorrências desse tipo de crime envolvendo veículos.



JORGE EMÍLIO LEAL: ocorrências

### ESTATÍSTICAS

#### GRANDE VITÓRIA

2017 (JANEIRO A ABRIL)

**2.318 OCORRÊNCIAS** de roubos de carros e motos a PM registrou. Média de 19 crimes por dia.

DE JANEIRO até a última segunda-feira, a PM conseguiu recuperar um total de **1.603 carros e motos**.

#### ESTADO

##### Furtos/roubos de veículos

2015 **5.931**

Média de **16 crimes** por dia

2016 **6.564**

Média de **18 crimes** por dia

Fonte: PM e Sesp.

## PM atropelado e vítima baleada em assalto na Praia da Costa

Mais um roubo de carro entrou para a estatística. Um assaltante roubou um Kia Sportage azul de uma motorista, de 52 anos, na Praia da Costa, em Vila Velha, atropelou um policial de bicicleta e acabou baleado no pescoço, na noite de ontem. A condutora do veículo ainda foi baleada no pé.

Segundo a polícia, o suspeito Wallas da Silva Inácio, 37, além de ter cometido o crime, ainda procurou por atendimento médico alegando ter sido vítima de assalto.

O crime aconteceu por volta das 18h, próximo ao Hospital Praia da Costa, na avenida Castelo Branco. De acordo com os investigadores da Divisão de Homicídio e Proteção (DHPP), Wallas abordou a vítima sozinho e ordenou que ela descesse do Kia.

Assustada, a mulher reagiu à abordagem gritando por socorro. PMs em bicicletas, que atendiam outra ocorrência na região, viram a vítima em prantos e deram ordem para que o acusado parasse.

No entanto, segundo a polícia, Wallas não obedeceu às ordens e, ao invés de parar, jogou o carro para cima dos policiais e um PM acabou atropelado pelo assaltante.

Em resenha de militares em

mesmo ferido, o acusado fugiu. Horas depois, o carro foi encontrado no mesmo quarteirão. Já a proprietária do Kia acabou atingida no pé por um dos disparos dos policiais, em meio à confusão. Ela foi socorrida e liberada ainda ontem.

Acreditando que não seria localizado, Wallas foi no próprio carro, um Gol prata, até Vitória e chegou andando ao Pronto-Atendimento (PA) da Praia do Suá, alegando ter sido vítima de um assalto, onde teria lhe roubado o celular.

Porém, o que o acusado esqueceu foi que o aparelho dele estava no bolso, e a DHPP foi acionada para o caso. Ele foi identificado pelos PMs e transferido para o Hospital São Lucas. Já o militar atropelado, machucou a perna esquerda, passou por atendimento médico e foi liberado. Na noite de ontem, os militares registraram o crime na 2ª Delegacia Regional de Vila Velha, e o preso permanecia hospitalizado, sob escolta.

Os investigadores explicaram que Wallas era conhecido por abordar mulheres e praticar roubos de carro. A polícia informou ainda que ele tem passagens por roubo de carro, receptação e furto.



JESSICA CARDOSO  
CARROS envolvidos na ocorrência

Economia

PREVIDÊNCIA

# Aposentadoria de servidores 12 vezes maior que a do INSS

Relatório apontou que enquanto aposentados de Regime Geral ganham em média R\$ 1.291,48, os servidores federais faturam cerca de 15 mil

Lucas Rezende

**S**ervidores públicos federais aposentados do Ministério Público, Poder Legislativo e Judiciário ganham, em média, 12 vezes mais do que aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no Regime Geral.

É o que mostra o Relatório da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, que traz dados de servidores, aposentados e pensionistas civis dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Enquanto os trabalhadores que se aposentam pelo INSS receberam, no ano passado, um benefício previdenciário médio de R\$ 1.291,48, os servidores públicos federais anotaram uma aposentadoria média de R\$ 15.373,97.

Há casos mais discrepantes, quando a aposentaria média alcançada por servidores do Poder Legislativo.

No Judiciário, a quantia também ultrapassa a média, com a aposentadoria média girando em torno de R\$ 16.963,07.

Para Leonardo Rolim, especialista em Previdência e consultor de orçamento da Câmara dos Deputados, trata-se de um privilégio injusto.

“O sistema da Previdência é desequilibrado. Se somar a contribuição do servidor público federal com a contribuição patronal, chega-se a cerca de 40% de despesas. Os outros 60% são de déficit, ex-

traídos do restante da população. Ganhos às custas de quem não tem, não é direito. É privilégio”, diz.

Segundo Rolim, o alto valor se dá por três principais motivos.

“O fato de o teto do servidor público federal ser o salário de um Ministro do Supremo Tribunal Federal (R\$ 33.763), o fato de que os servidores públicos já ganham muito mais que a maioria da população e, por fim, os privilégios: há quem recebe na integralidade, ou seja, se aposenta com o valor do último salário”, explica.

Levando em consideração que 63% dos aposentados pelo INSS só recebem o piso (um salário mínimo, R\$ 937), Rolim conclui, portanto, que “a reforma da Previdência é necessária”: “Ela vai trazer justiça tributária e previdenciária”, defende o especialista.

Por fim, o relatório faz eco concluindo que “a aprovação da reforma da Previdência terá impacto no resultado das avaliações atuariais – ciência que estuda os riscos e os cálculos envolvidos em seguros e previdência – dos próximos exercícios”.



PREVIDÊNCIA SOCIAL: contas

A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES FEDERAIS

## Ganhos maiores no Legislativo

PODER LEGISLATIVO FEDERAL

> LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO servidores aposentados do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU).

**7.830** R\$ **24.844,81**  
servidores é aposentadoria  
aposentados média no Legislativo

> A IDADE MÉDIA de aposentadoria é aos **69 anos**.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

**22.583** R\$ **16.963,07**  
servidores é aposentadoria  
aposentados média no Judiciário

> A IDADE MÉDIA de aposentadoria no Poder Judiciário é de **66 anos**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

> LEVANTAMENTO INCLUI membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Militar (MPM) e Ministério Público do Trabalho (MPT).

**1.975** R\$ **12.002,90**  
servidores recebendo aposen-  
aposentados tadoria média

> A IDADE MÉDIA de aposentadoria no Ministério Público da União é de **67 anos**.

PODER EXECUTIVO

Órgãos abrangidos pelo SIAPE, Abin e Bacen: **390.196** aposentados recebendo, em média, **R\$ 7.465,13**.

Fonte: Relatório da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social

CRÍTICA

“É uma injustiça”

O aposentado Waldemir Paulino, de 65 anos, recebe um salário mínimo mensal do INSS e considera uma injustiça a discrepância em relação aos salários dos servidores federais inativos.

“Preciso continuar trabalhando como autônomo porque a aposentadoria do INSS é insuficiente. E eles ganhando 12 vezes mais? É um absurdo, um desrespeito”, reclama.



DAYANA SOUZA/JAT

## Inativos chegam a receber R\$ 26 mil no Estado

No Espírito Santo, os maiores ganhos ficam por conta do Ministério Público Estadual (MP-ES), com a aposentadora média de servidores chegando em torno de R\$ 26.644,41.

Nos demais poderes, as quantias recebidas pelos servidores inativos continuam discrepantes em relação ao valor recebido por aposentados do INSS (média de R\$ 1.291,48).

No Tribunal de Justiça do Espírito Santo, os servidores se aposentam recebendo um salário médio de R\$ 15.224,96; enquanto na Assembleia Legislativa do Estado a remuneração alcança a média de R\$ 13.345,80.

A média continua alta quando o levantamento alcança as aposen-

tadorias de servidores do Tribunal de Contas do Estado e do Poder Executivo.

No primeiro, os ganhos médios são de R\$ 12.174,58, enquanto no segundo alcançam a média de R\$ 4.076,91.

PREVISÃO

De acordo com o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado, a projeção do déficit financeiro do Regime Próprio de Previdência Estadual (ES-Previdência), relativo ao ano de 2018, calculado na última avaliação atuarial realizada no início de 2017, é de R\$ 2.104.408.078,04.

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado preferiu não comentar os números.



JULIA TERAYAMA - 07/07/2013

**MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL registrou os valores médios mais altos de aposentadoria no Espírito Santo**

## “Reforma em agosto não é o ideal”, diz Meirelles

O Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou ontem que espera que a aprovação da reforma da Previdência aconteça ainda neste primeiro semestre pelo Congresso Nacional.

Segundo Meirelles, atrasos podem acabar atrapalhando as expectativas do governo e a recuperação da economia.

“Se por ventura alguma reforma for deixada para agosto, não é o ideal”, afirmou o ministro, durante um evento em São Paulo.

“Esses dois meses podem ser muito importantes para a expectativa e o crescimento econômico”, acrescentou Meirelles.

Vale lembrar que, na noite da última terça-feira, a Comissão Especial da reforma da Previdência concluiu a votação da proposta, com a recusa de nove dos dez destaques apresentados ao texto, que agora seguirá para apreciação em dois turnos no plenário da Câmara dos Deputados.

O governo precisa reunir 308 votos para aprovar o texto, mas sabe que ainda não tem margem segura.

Meirelles ainda disse que a recuperação da atividade econômica está mais disseminada neste segundo trimestre e que, no trimestre passado, a atividade foi fortemente ajudada pelo desempenho da agricultura.

## Juiz federal irá ao Supremo para evitar novo julgamento

A defesa do juiz federal Macário Ramos Júdice Neto aguarda a publicação do acórdão (conjunto de decisões) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para entrar com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contra um novo julgamento.

O CNJ decidiu anular a decisão que aposentou compulsoriamente Macário, após ser acusado de venda de sentenças e de ter dado decisões para favorecer a entrada no Estado de máquinas caça-níqueis.

O advogado Mauro Gomes disse concordar com a anulação da aposentadoria, mas questiona a decisão do CNJ de avocar um novo julgamento. "É um escárnio", disse.

## TRE marca para 2 de julho nova eleição em Muqui

Uma nova eleição para prefeito de Muqui foi marcada para 2 de julho pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), ontem.

O candidato mais votado, José Paulo Viçosi (PSB), o Frei Paulão, teve a candidatura impugnada porque teve as contas, de quando foi prefeito, rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

A decisão vem uma semana depois de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negar um recurso contra a impugnação decidida pelo TRE.

Advogado de defesa de Frei Paulão, Rafael Carneiro informou que amanhã irá entrar com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do TSE.

## COMBATE À PEDOFILIA

# Polícia vai poder invadir celulares

Após autorização da Justiça, policiais vão atuar como "hackers" e invadir computadores e celulares de criminosos em busca de provas

Tais de Hollanda

Agentes da polícia vão receber autorização da Justiça para se passar por crianças ou adolescentes em perfis falsos na internet para investigar crimes de pedofilia. A Lei 13.441/2017, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi sancionada pelo presidente Michel Temer e autoriza as ações. Entre as alternativas está a de invadir computadores e celulares dos pedófilos, como "hackers" em busca de provas.

Para que a "invasão" de dispositivos aconteça, a investigação depende de requerimento do Ministério Público ou de representação de um delegado de polícia. Depois, é necessário crivo da Justiça.

O titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), delegado Lorenzo Pazo-

lini, afirmou que usará o recurso e que já utiliza perfis falsos para monitorar criminosos. "Diálogos, fotos, áudios e vídeos vão servir como provas. O ato de armazenar ou divulgar as imagens em conversas de Facebook e WhatsApp são crimes. Se nas imagens ou vídeos aparecer o suspeito, ele é enquadrado no crime de pedofilia".

A lei, que já vale, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), na terça-feira. O tempo da espionagem para produção de provas é de 90 dias, mas os juízes podem renovar o prazo por até 720 dias.

O delegado Lorenzo estima que de cada 10 casos investigados, pelo menos cinco deles os suspeitos utilizam as redes sociais para se aproximar ou manter contato com as vítimas.

Outra alteração no ECA foi na lei 13.440/2017, também publicada no DOU de terça. Ela determina a perda de bens e valores de quem submete menores à prostituição ou à exploração sexual. Os bens serão destinados ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, que no Estado é controlado pelo Conselho Estadual do Direito da Criança e do Adolescente.

"Se pelas provas constatar que



DELEGADO Lorenzo Pazolini diz que usará o recurso em busca de provas

um apartamento era usado frequentemente como local de prostituição infantil ou que um carro era usado para o transporte dessas crianças, ele pode ser confiscado pela Justiça. Celulares, computadores, também", disse Lorenzo.

Ainda na terça-feira, o Senado aprovou, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que torna imprescritível o crime de estupro. Em muitos desses casos, crianças e adolescentes estão envolvidos.

POLÍCIA CIVIL/DIVULG.



**SESSÃO DA ASSEMBLEIA:** projeto do governo sobre benefício a servidoras foi aprovado pela maioria dos deputados

## LICENÇA-MATERNIDADE

# Comissionadas vão ter 6 meses de benefício

**A Assembleia aprovou a extensão da licença para as servidoras que ocupam cargo de confiança e que tiverem ou adotarem filhos**

**Liliane Andrade**

**A** Assembleia estendeu a licença-maternidade de 180 dias para servidoras comissionadas do Estado. A medida vem após os deputados já terem aprovado o mesmo benefício para efetivas, civis ou militares.

Dos 30 parlamentares, 20 aprovaram o projeto de lei complementar do Executivo, na sessão de ontem. O benefício vale tanto para mães biológicas quanto para adotantes.

No caso de adoção, na proposi-

ção original, a licença de 180 dias seria concedida apenas para servidores que adotassem crianças de até um ano de idade. Acima dessa idade, a licença seria de 90 dias.

Mas, por meio de uma emenda constitucional, apresentada pelo deputado Rodrigo Coelho (PDT), foi sugerido que todos os adotantes tenham direito aos 180 dias, independentemente da idade da criança. A sugestão foi acatada.

Para o deputado, não é razoável incentivar o servidor público a adotar somente crianças que tiverem menos de um ano.

“Um grande problema que temos é exatamente o das crianças que passam de um ano e que não são adotadas por esse motivo. Portanto, consideramos essa emenda um avanço e ficamos felizes com o seu acatamento”, contou.

A deputada estadual Eliana Daldato (PTC) elogiou a proposta. “Esses seis meses são essenciais

para o bebê, além de ser aconselhável no período de amamentação”, avaliou.

Segundo presidente do Sindicato dos Servidores Públicos (Sindipúblicos), Haylson de Oliveira, a reivindicação é antiga.

“Quando a licença era de 120 dias, esse tempo não computava para efeito de avaliação e desempenho. A legislação agora veio corrigir isso. Não terá prejuízo para efeito de promoção”, explica o presidente do Sindipúblicos.

No dia 6 de abril, o governador Paulo Hartung sancionou a lei que aumenta o período de licença-paternidade de cinco para 20 dias dos servidores estaduais. A partir de agora, eles passam a ter direito, pelo nascimento ou adoção de filhos.

Questionada, a Secretaria de Estado de Recursos Humanos não informou a quantidade de servidoras comissionadas que poderiam receber o benefício.